

GOVERNANÇA TRANSVERSAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Sumário

AGRADECIMENTOS	VII
SIGLAS E ABREVIACÕES	XI
APRESENTAÇÃO	1
PREFÁCIO	
Do Transconstitucionalismo à Governança Transversal	
<i>Por Marcelo Neves</i>	3

INTRODUÇÃO	
Para além de doméstico <i>versus</i> internacional.....	9

PARTE I DA ESTATALIDADE À TRANSVERSALIDADE: EMERGÊNCIA E ESTRUTURAÇÃO DAS NORMAS GLOBAIS

1. Do Direito Internacional à Governança Global	21
1.1 Direito internacional e assembleísmo global.....	26
1.2 Balanço de poder e capacidade executiva.....	31
1.3 Fragmentação, regimes jurídicos autocontinentes e novas abordagens constitucionais.....	39
1.4 Judicialização e processo jurídico transnacional	44
1.5 Evolução e características estruturais da governança global.....	56
2. Direitos Fundamentais: do Direito Estatal às Normas Globais Transversais	67
2.1 Enunciação e efetivação de direitos pelo Estado Nacional	72
2.2 Declínio da estatalidade e redistribuições de capacidade decisória.....	85
2.3 A transconstitucionalidade dos direitos fundamentais	95
2.4 A emergência de normas globais e sua estruturação em regras e princípios.....	112
2.5 A norma global de responsabilidade individual.....	124

2.6 Entre adequação e consistência: a diferença funcional na aplicação da norma global de responsabilidade individual	135
---	-----

PARTE II

GOVERNANÇA TRANSVERSAL NA AMÉRICA LATINA: O SISTEMA INTERAMERICANO E AS ORDENS CONSTITUCIONAIS DOMÉSTICAS

3. Transconstitucionalização Doméstica dos Direitos Fundamentais no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	147
3.1 Processo jurídico transnacional na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o uso do litígio estratégico	151
3.2 As cortes e as emergências transconstitucionais: as anistias e a norma global de responsabilidade individual.....	162
3.3 Arquitetura institucional doméstica para a abertura ao direito internacional dos direitos humanos	207
4. Controle de Convencionalidade: perspectivas para além da solução hierárquica	219
4.1 Retomando metáforas “ultrapassadas”: de monismo e dualismo à unidade heterárquica.....	222
4.2 Uma ferramenta jurídica ímpar: a genealogia do controle de convencionalidade na Corte Interamericana de Direitos Humanos ...	236
4.3 Conflitos decorrentes da implementação do controle de convencionalidade nas cortes domésticas	259
4.4 Controle de convencionalidade como acoplamento entre regimes: possibilidades e limitações da abordagem transconstitucional não-hierárquica.....	276
4.5 Controle de convencionalidade e processo jurídico transnacional: um balanço.....	283

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca de soluções constitucionais transversais.....	297
--	-----

REFERÊNCIAS	307
-------------------	-----